



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2013.0000018524

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0169575-25.2008.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes/apelados PRISCILLA MESQUITA PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA) e ALINE MESQUITA PEREIRA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante COOPERATIVA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS EM TRANSPORTE DE SÃO PAULO - COOPER PAM.

ACORDAM, em 36ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso da Ré e negaram provimento ao recurso das Autoras, V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PALMA BISSON (Presidente) e JAYME QUEIROZ LOPES.

São Paulo, 24 de janeiro de 2013.

Pedro Baccarat
RELATOR
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 0169575-25.2008

APELANTES/APELADOS: Priscilla Mesquita Pereira,
Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos em Transportes
de São Paulo – COOPER PAM e outros

COMARCA: São Paulo – F.R. de Santo Amaro – 8ª Vara Cível

Acidente de veículo. Responsabilidade objetiva das concessionárias de serviço público que não se estende aos danos causados a terceiros não usuários do serviço. Culpa do motorista da lotação não demonstrada. As verbas sucumbenciais devem ser pagas por quem deu causa à denunciação da lide. Honorários advocatícios da lide secundária reduzidos a R\$1.500,00. Recurso das Autoras desprovido e provido o da Ré.

VOTO nº: 17.628

Vistos.

Trata-se de apelações interpostas contra sentença que julgou improcedente a ação visando indenização por danos materiais e morais fundada em acidente de veículo. A magistrada, Doutora Lídia Regina Rodrigues Monteiro Cabrini, com base no laudo realizado pelo Instituto de Criminalística, que não encontrou elementos técnicos sobre a dinâmica do acidente, e no pedido de arquivamento do processo penal feito pelo Ministério Público, considerou não provada a culpa do motorista da lotação. Deixou de condenar as Autoras ao pagamento das verbas sucumbenciais por serem beneficiárias da assistência

judiciária gratuita. Julgou extinta a denunciação da lide por falta superveniente do interesse processual, imputando à Denunciante os honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor da causa.

Apelam as Autoras alegando cerceamento de defesa em face do julgamento antecipado da lide. Sustentam que o dano moral ocasionado por morte de parente não requer comprovação. Invocam o princípio da dignidade da pessoa humana.

Apela a Ré insurgindo-se contra a condenação ao pagamento das verbas sucumbenciais da lide secundária. Alega que a denunciação da lide restou prejudicada em face da improcedência da lide principal. Afirma que o patrono da Denunciada não se opôs à denunciação da lide e teve pouco trabalho. Considera injusta a fixação de honorários advocatícios em 10% sobre R\$99.600,00.

Recursos tempestivos, o da Ré preparado e o das Autoras dispensado de preparo por serem beneficiárias da assistência judiciária gratuita, e respondidos.

É o relatório.

Trata-se de acidente de veículo

envolvendo a motocicleta pilotada pelo irmão das Autoras e uma lotação pertencente à Ré, que prestava serviço à Municipalidade de São Paulo.

Não houve cerceamento de defesa. O julgamento antecipado da lide estava autorizado pela ausência de testemunhas, mas também porque a pretensão foi deduzida com fundamento na responsabilidade objetiva.

A responsabilidade das pessoas jurídicas prestadoras de serviço público está limitada aos danos causados por seus agentes, nesta qualidade, isto é, na condição de prestadores de serviço público. Assim, se a responsabilidade imputada à prestadora de serviço público não emerge desta sua qualidade especial, se não é resultante dos serviços públicos prestados, a fixação de sua responsabilidade civil se dá consoante o procedimento ordinário.

No caso, a vítima não era passageira da lotação. O acidente ocorreu com veículo da prestadora de serviço público, como poderia ocorrer com qualquer outro.

Imperativo, então, que as Autoras demonstrassem a culpa do motorista, como condição

para responsabilizar a Ré.

Nesse sentido decidiu a Câmara, em voto relatado pelo ilustre Desembargador Arantes Theodoro: *“Com efeito, por não se cuidar de acidente com passageiro da composição ferroviária, ao caso não se aplicava, então, o regime do Decreto nº 2.681/12. Por outro lado, o anúncio do § 6º do artigo 37 da Constituição da República refere-se especificamente à hipótese de dano causado pelo serviço que foi ou devia ter sido prestado à vítima. A demanda não podia mesmo ser decidida à vista da responsabilidade objetiva. O dispositivo é inaplicável, portanto, ao caso de acidente com veículo de transporte que não tenha vitimado o próprio destinatário do serviço prestado mediante concessão. Nesta linha, aliás, está o entendimento externado em julgado do Superior Tribunal de Justiça assim ementado: 'Processual. Ação de indenização contra o Estado. Responsabilidade objetiva. Presunção de culpa. (...) Na indenização por acidente de trânsito, não existe responsabilidade objetiva do Estado, mas presunção "juris tantum" de culpa.' (REsp. nº 163.097-SP, rel. Min. Gomes de Barros). Confira-se, também, a observação de Rui Stoco, que relaciona argumentos doutrinários em abono da assertiva (“Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial”, RT, 4ª ed., 504/505). Na espécie, portanto, a responsabilidade civil da ferrovia havia de ser aferida sob o prisma da teoria subjetiva adotada pela lei comum (arts.*

186 a 188 e 927 do Código Civil).”. (Apelação nº : 1.115.742-0/0).

A teoria do risco da atividade tampouco pode ser aplicada à transportadora quando os danos são suportados por pessoas estranhas ao contrato de transporte. Não se discute que a responsabilidade do transportador em relação ao transportado é mesmo objetiva, mas a situação dos autos é diversa.

De acordo com o Enunciado 38 do Centro de Estudos Judiciários: “*A responsabilidade fundada no risco da atividade, como prevista na segunda parte do parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil, configura-se quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano causar a pessoa determinada um ônus maior do que aos demais membros da coletividade*”.

Não se identifica na conduta da cooperativa, ao trafegar com suas lotações em via pública, qualquer comportamento que implique maior ônus em relação a qualquer outra pessoa. Com efeito, a condução de veículo não pode ser considerada atividade perigosa “*de per si*” quando obedecidas as regras de trânsito, a que todos estão igualmente sujeitos. A responsabilidade civil da cooperativa que se envolve em acidente de trânsito não pode diferir da regra geral da responsabilidade aquiliana. Sendo subjetiva a

responsabilidade e o quadro probatório insuficiente para afirmar a culpa de qualquer das partes, a improcedência da ação era mesmo de rigor.

No caso, a culpa do preposto sequer foi descrita na petição inicial. Além disso, não houve testemunhas presenciais, tanto que o inquérito policial foi arquivado por falta de provas.

Assim, sem que se possa atribuir a responsabilidade objetiva à concessionária do serviço e não tendo sido comprovada a culpa do motorista da lotação, a ação era mesmo improcedente.

A Ré deu causa à propositura da denunciação da lide, pois, em razão de contrato de seguro celebrado com a Denunciada, pretendeu se garantir de eventual derrota na ação reparatória, devendo, portanto, ser condenada ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. No entanto, o valor de 10% sobre R\$99.600,00 não é proporcional ao trabalho realizado pelo advogado e deve ser reduzido para R\$1.500,00, nos termos do artigo 20, §4º, do CPC.

Ante o exposto, nega-se provimento ao recurso das Autoras e dá-se provimento ao recurso da Ré para reduzir os honorários advocatícios da lide



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

secundária para R\$1.500,00.

Pedro Baccarat
Relator